

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DE SUA APLICABILIDADE NA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO NO QUILOMBO DO CURIAÚ EM MACAPÁ, ESTADO DO AMAPÁ

Rosana Ferreira de Souza<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo apresenta estudos sobre a Educação Ambiental e as especificidades de sua realização no âmbito escolar público. O objetivo geral foi identificar a aplicabilidade da Educação Ambiental na realidade da Escola Estadual José Bonifácio no Quilombo do Curiaú em Macapá, Amapá. Neste caso, a modalidade empírica de pesquisa foi fundamentada na intenção de promover o uso de dois métodos: a pesquisa bibliográfica e de campo, de nível exploratória e descritiva e de tipo quantitativa e qualitativa. A abordagem da amostra se efetivou por meio da aplicação de questionário aos alunos do lócus da pesquisa. Os resultados demonstraram que os alunos compreendem o significado da Educação Ambiental e promovem os eventos planejados para o ano letivo, sempre envolvendo as danças (batuque e marabaixo), as festas religiosas e seculares e evidenciando no âmbito escolar a prática dos ideais preservacionistas em teorias, mas na prática, ainda falham em relação a alocação do lixo, a proteção das matas e do rio Curiaú e a pouca influencia em sua sociedade para mudar noções, comportamentos e costumes em relação ao meio ambiente local.

**Palavras chave:** Quilombo, Escola, Curiaú, Educação, Ambiental, Educação Ambiental.

## ABSTRACT

The article presents studies about Environmental Education and the specificities of its accomplishment in the public school environment. The general objective was to identify the applicability of Environmental Education in the reality of the José Bonifácio State School in Quilombo do Curiaú in Macapá, Amapá. In this case, the empirical research modality was based on the intention of promoting the use of two methods: bibliographical and field research, exploratory and descriptive level and quantitative and qualitative type. The sample approach was accomplished through the application of a questionnaire to the students of the research locus. The results showed that the students understood the meaning of Environmental Education and promoted events planned for the school year, always involving dances (batuque and marabaixo), religious and secular festivals and showing in the school context the practice of preservation ideals in theories, but in practice they still fail in relation to the allocation of garbage, the protection of the forests and the Curiaú river and the little influence in their society to change notions, behaviors and customs in relation to the local environment.

**Keywords:** Quilombo, School, Curiaú, Education, Environmental, Environmental Education.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Internacional Três Fronteiras, Paraguai.

A educação é um processo em constante construção, visto se adequar a realidade de cada aluno, de sua clientela e da comunidade que lhe cerca. Assim, o meio ambiente tornou-se tema fundamental para o bom exercício da cidadania, haja vista que é no ambiente que nós, seres humanos, temos condições de progredir e viver com dignidade.

É com essa visão que a educação ambiental requer uma atitude construtiva e qualificada para a efetivação da prática docente e educacional. A sociedade é muito exigente nesse sentido, e impõe aos seres humanos que vivam aprendendo conforme dois preceitos fundamentais: desenvolver-se culturalmente; construir e reproduzir os conhecimentos obtidos com essa valorização cultural (BRANDÃO, 2007).

O papel da educação não se resume a reproduzir padrões sociais, mas tornar-se ação reflexiva, construtivista e principalmente, influenciando na alteração dos padrões. Desenvolver a educação ambiental é envolver o meio ambiente integral, incluindo o uso da biodiversidade, e porque não dizer, uma prática docente reflexiva, construtiva e promotora dos ideais preservacionistas do ambiente em que estamos inseridos.

Tendo em vistas a aplicabilidade do tema transversal meio ambiente no currículo escolar, o objeto de estudo será a educação ambiental, porém, como trabalho desenvolvido em escola que se encontra em área quilombola, que no caso se direcionou ao Quilombo do Curiaú em Macapá, no Estado do Amapá, fato que está na preocupação de todos em todas as áreas do mundo, quando há o desenvolvimento de trabalho pedagógico voltado para os cuidados com o meio ambiente, situação que não pode ser deixada de lado por localidades quilombolas pela própria situação geográfica, que dispõe geralmente de privilégios pelo verde florestal que a cerca. Neste sentido há sério e comprometido interesse na compreensão de como está se efetivando a aplicabilidade da Educação ambiental na Escola Estadual José Bonifácio no Quilombo do Curiaú, em Macapá, Estado do Amapá?

Todos os seres humanos vivem em ambientes em que necessitam de cuidados, de preservação, pela própria necessidade de seu bem estar, de ter qualidade de vida e ainda duradoura. A educação ambiental então que deve ser

veiculada na escola tem enorme responsabilidade de formar sujeitos críticos e conscientes de seus atos na garantia dos cuidados que seu meio precisa.

Os cuidados com o lixo e sua coleta, com a preservação da fauna e da flora, com a utilização de combustíveis e demais produtos que agridem o meio ambiente, são apenas algumas situações que se relaciona aqui, os quais exemplificam um patamar maior que deve ser tratado com a devida atenção em função da preservação humana, se entendendo que o meio sadio promove uma sociedade sadia, uma vez que os alunos estendem suas aprendizagens teóricas e práticas na família e comunidade que o rodeia, o que se estende para as mentalidades que gerarão ambientes agradáveis e produtivos.

O objetivo geral foi identificar a aplicabilidade da Educação Ambiental na Escola Estadual José Bonifácio no Quilombo do Curiaú, em Macapá, Estado do Amapá. Em relação aos objetivos específicos, buscou-se: descrever o planejamento pedagógico da Escola Estadual José Bonifácio para a aplicabilidade do tema transversal meio ambiente no currículo da educação Básica da mesma; analisar os projetos executados na escola que tem como teor o desenvolvimento do tema transversal meio ambiente; relacionar as mudanças de comportamentos dos alunos no que diz respeito aos cuidados com o ambiente escolar.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Na década de 50 surgem os primeiros movimentos evidenciando preocupação ambiental, surgindo segundo Guimarães manifestação visando desenvolver uma consciência ambiental a nível mundial, a pesar de que

A expressão “Educação Ambiental” (Environmental Education), passa a ser utilizada na “Conferência de Educação” da Universidade de Keele, Grã-Bretanha. O Clube de Roma fundada em 1968 reuniu representantes de 10 países, onde discutiram assuntos ambientais emergentes, visando solucionar a crise ambiental da época, demonstrando preocupação com o futuro da humanidade, Segundo Guimarães (2000) em 1972, foi realizada a Conferência Das Nações Unidas para Defesa do Meio Ambiente Humano, em Estocolmo na Suécia

Para Minini (2004), é na Conferência de Belgrado na Iugoslávia em 1975, promovida pela UNESCO que a Educação Ambiental, começa a ter maior

relevância, onde foram formuladas as bases para o desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental.

Tudo começou a acontecer ainda na década de 1970, a partir dos inúmeros discursos sobre vida em meio ambiente que encheram a cultura nacional e mundial. A sociedade então tomou para si a questão e passou a se organizar, fundando grupos que se interessasse pela defesa da proteção do meio ambiente, visando dessa forma educar a população para sua preservação.

Nesse sentido, Branco (1997, p. 5) diz que a partir da década de 1970 “[...] o próprio termo preservacionismo aplicava-se tão somente à proteção contra a erosão, reconhecida desde os tempos da colonização da América do norte como causa da perda de fertilidade dos solos”. Ante a perspectiva de uma crise ambiental sem precedentes a educação passou a ser fundamental para o desenvolvimento de uma nova concepção de preservação, tornando-se assim, um procedimento condutor da mudança da filosofia e das concepções sociais em meio a crise que já se anunciara.

Segundo Lima (2005) o meio ambiente passou a ser discutido pelas organizações que passaram a lhe organizar como educação em três enfoques específicos: o ambiente como problema social; o ambiente como debate social; o ambiente como movimento social.

O que Lima (2005) quer esclarecer, é que o meio ambiente passou a ser um problema de inúmeros debates em virtude do impacto social que seria ocasionado a partir da falta de sua preservação nos futuros. A discussão visava estabelecer relação entre a sociedade e o ambiente, visto estarem em constantes conflitos pela posse e uso dos bens ambientais, e por ter se tornado notória a morte do meio ambiente com o modo de viver das populações ocidentais. Assim a questão ambiental tornou-se emergente e, rica em soluções pouco alcançadas e/ou postas em prática.

Os primórdios da Educação Ambiental surgem no aspecto positivo desse ambiente dito capitalista, quando é publicado o livro “A Primavera Silenciosa” publicado em 1962, pela bióloga norte-americana Rachel Carson (1962), que trouxe a público o resultado de sua pesquisa sobre o efeito da contaminação química de pesticidas sobre o ambiente natural e sobre a extinção de certas espécies animais, despertando a consciência e sensibilidade social para os problemas ambientais.

A história da vida sobre a terra tem sido uma história de interação entre as coisas vivas e o seu meio ambiente. Em grande parte, a forma física e os hábitos da vegetação da Terra, bem como a sua vida animal, foram moldada, pelo seu meio ambiente. Tomando-se em consideração a duração toda do tempo terrenal o efeito oposto, em que a vida modifica, de fato, o seu meio ambiente, tem sido relativamente breve. Apenas dentro do momento de tempo representado pelos século presente é que uma espécie – o Homem – adquiriu capacidade significativa para alterar a natureza do seu mundo. (CARSON, 1962, p. 15).

Segundo Carson (1962) a rapidez da mudança e a velocidade com que novas situações se criam acompanham o ritmo impetuoso e insensato do Homem ao invés de acompanhar o passo deliberado da Natureza. Então, o livro de Rachel Carson se tornou o primeiro sustentáculo de criação da Educação Ambiental até os dias de hoje.

Desde então, em linhas gerais, essa conjugação de fatores sociais, econômicos, políticos, tecnológicos, éticos e culturais se articularam na formação de uma consciência ambiental que questionava e problematizava as relações entre a sociedade e o ambiente e promovia a emergência da questão ambiental no mundo ocidental. Naturalmente que o ritmo e a intensidade da ocorrência desses processos nos diversos países é bastante variável, o que veremos ao considerar as particularidades do caso brasileiro (LIMA, 2005).

Brandão (2007) deixa claro que a educação é para todos, ninguém consegue se desenvolver, social e politicamente, sem que haja uma educação possível. Dessa forma, o autor busca compreendê-la sob vários enfoques, os principais estão na descrição de fatos que a desenvolveram ao longo da história, demonstrando como cada sociedade em seu tempo desenvolvia sua educação e de sua nação. Para o autor a educação tem um fim específico, atender livremente a todos da sociedade, e dessa forma o saber deve ser o mais comum possível, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Salienta que a educação está onde não há escola, especialmente onde é repassada de geração em geração. Sob regime tribal, a característica essencial da educação está nos elementos do clã. Não há mestre nem inspetores especiais, mas anciãos e conjunto de gerações anteriores.

Nesse contexto o educador não poderá fugir da temática ambiental, sendo que a relação do homem com a natureza deve ser vista num contexto global, assim como o uso da biodiversidade.

E em se referindo de temática ambiental, logo não poderá também de observar os aspectos educacionais inerentes à biodiversidade tão bem inclusos e debatidos na Convenção sobre Diversidade Biológica assinada pelo Brasil ainda da ocorrência da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992, assim versa o seu art. 2.º:

Art. 2 - Utilização de termos para os propósitos desta Convenção:  
Área protegida significa uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação.

[...]

Diversidade biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Ecosistema significa um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microorganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional (BRASIL, 1992, p. 45).

Aplica-se ainda nesta idéia, a noção que a espécie humana está inserida em todos os conceitos apresentados pela convenção citada, sendo este um componente fundamental para controlar e manejar a sistemática ambiental, bem como elaborar o surgimento de serviços e bens ambientais com vistas aos que são ofertados pela própria natureza (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2001).

A mesma convenção, na alínea a do artigo 8.º prediz o seguinte

Artigo 8

Conservação in situ

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

a) Estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica; (BRASIL, 1992, p. 45).

Em se tratando de medidas especiais, salienta-se o respeito ao conhecimento e às novas práticas de subsistências das comunidades ribeirinhas e indígenas, que sempre priorizam conservação e o uso visando a sustentabilidade biológica. Assim sendo, essas medidas são políticas públicas que priorizam essa valorização dos valores tradicionais, e também o incentivo das demais populações para criar novos meios, modernos, de utilização sem degradar o pouco que ainda resta da natureza em nosso Estado, por exemplo.

A Educação Ambiental pode ser inserida no processo de ensino e aprendizagem e ir além do ambiente escolar envolvendo toda a sociedade civil organizada. Podendo tornar-se instrumento eficaz no processo de educação e na formação de um cidadão que se integre à sociedade de forma crítica e solidária, transformando para minimizar as desigualdades e injustiças sociais.

O Brasil, a partir da criação de um capítulo específico ao meio ambiente na Constituição Federal de 1988 passou a prezar pelo seu equilíbrio e preservação como direito da coletividade, a qual deve utilizá-lo com o fim gerador de qualidade de vida. Salieta-se que a CF/88 também impôs a co-responsabilidade do cidadão e do Poder Público pela sua defesa e preservação (art. 225). De acordo com Milaré (2005):

Ao proclamar o meio ambiente como bem de uso comum do povo foi reconhecida a sua natureza de direito público subjetivo, vale dizer, exigível e exercitável em face do próprio Estado, que tem também a missão de protegê-lo (MILARÉ, 2005, p. 148).

Para Mellows (1972 apud Dias, 1992) deveria acontecer um desenvolvimento paulatino do senso comum de preservação ambiental, gerando assim sensibilidade no entendimento da relação humana com o ambiente à sua volta. Corroborando, Padua; Tabanez (1997), assumem a importância de uma educação ambiental responsável, que prepara os cidadãos para entender o ambiente da seguinte maneira: crítica, global e construtiva. Visando dessa forma, valorizar a adoção de consciências responsáveis e participativas na preservação dos recursos da natureza, auxiliando os demais membros da sociedade a entender que há melhora de qualidade de vida se respeitarmos a nossa natureza e a utilizarmos com responsabilidade e sustentabilidade.

Assim sendo, é por intermédio da educação ambiental que acontecerá em nossa sociedade e, por consequência, nas gerações vindouras, o crescimento da consciência ecológica, o aprendizado da sistemática ambiental e principalmente, a promoção da sua sustentabilidade, como bem afirmam Pádua; Tabanez (1997). E nesse sentido, Vasconcellos (1997), acredita ser de suma importância uma educação que priorize a realidade de sua localidade, por dessa maneira, gerar relações com o que é vivido e dessa forma proteger cada realidade, e assim, proteger a globalidade das realidades.

Segundo Oliveira (2000) há três barreiras que impedirão a nós, educadores, de realizarmos uma educação ambiental de sucesso na atualidade:

1. Interdisciplinaridade: não há como trabalhar a educação apenas em uma disciplina, dessa forma, é importante inseri-la no contexto de várias disciplinas que atuam para um objetivo, preservação ambiental, o que raramente acontece em nossas escolas;

2. Currículo Escolar: Tratar a educação ambiental como deve ser tratada em nossa realidade, é um tema extenso para a escassa e rígida estrutura curricular atual, com conteúdos mínimos, avaliação tradicional, etc.;

3. Sensibilidade humana: Preparar a comunidade escolar (professores, corpo técnico, direção) para ser exemplo na sociedade, sendo a fonte de mudança de comportamentos, é o meio ainda possível, para que se consiga gerar a sensibilidade nos seres humanos de boa fé de nossa sociedade, em relação ao nosso ambiente.

A implementação curricular da educação ambiental facilitará o entrosamento social a partir dos alunos, que logo em seguida, levarão os valores para casa e influenciarão toda a sua família, os amigos e vizinhos à compreensão dos nossos problemas ambientais e na construção de um papel humano responsável e cidadão em sua relação com o ambiente e com o planeta.

Quanto às normas internacionais, nota-se que este conjunto normativo é bastante tímido em relação ao seu potencial, apesar de consideráveis avanços em relação aos recursos naturais durante o progresso da civilização nos últimos quinhentos anos. Os exemplos deste contexto podem ser encontrados tanto na Conferência de Estocolmo (1972), como na Conferência do Rio de Janeiro (1992), num contexto mais amadurecido.

Durante a Conferência de Estocolmo, marcada pela pouca disposição para enfrentar a questão ambiental, foi possível vislumbrar avanços, como o fato de ser proclamado o direito humano ao meio ambiente, sem caráter coercivo, bem como a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi.

A Conferência Rio-92 impressionou pela quantidade de nações que se dispuseram a sentar à mesa para discutir a questão ambiental, confirmando o sentido global alcançado pela mesma, com reflexos no desenvolvimento de uma consciência mais avançada dos brasileiros (população e governo).



Ressalta-se a importância da Conferência que promoveu a conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento e a celebração de muitos tratados .

No plano do Direito, vários países haviam inserido em seus ordenamentos inúmeras disposições de proteção do meio ambiente.

Quanto aos resultados concretos, cinco contribuições surgiram nesta Conferência: Três declarações de princípios extremamente avançadas, não coercíveis (Carta da Terra, Agenda 21 e a Declaração sobre Florestas) e dois tratados internacionais: a Convenção sobre o Clima e a da Biodiversidade, as quais contemplam alguns avanços concretos (com um certo esvaziamento dos compromissos devido a uma posição resistente por parte dos Estados Unidos).

As dificuldades para colocar limites ao sistema econômico, em benefício do meio-ambiente, foram evidenciadas na medida em que os anseios ambientalistas eram colocados dentro dos postulados neoliberais, sinalizando um relativo afastamento da cooperação internacional e do desenvolvimento sustentável.

Há críticas sobre a maioria das conferências da ONU que apresentam boas definições de problemas e boas declarações de intenção de cooperação internacional, mas sem compromisso econômico- financeiro, servindo para esconder sua inoperância e seguindo um caminho do faz-de-conta.

O contexto do direito das nações ocidentais, entre as quais o Brasil, as normas são ainda mais proliferantes. Há que se destacar o fato da legislação brasileira (paradoxalmente, se considerarmos o atual índice de degradação ambiental do país) ser considerada inclusive uma das mais avançadas do mundo.

Considerando-se esta abundante legislação brasileira, pelo menos três momentos normativos merecem ser destacados:

A lei 6.938 de 1981 que identifica o mundo natural como "meio ambiente", tendo como centro a idéia de conjunto e interdependência, sendo uma das normas mais avançadas do mundo: conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, contendo elementos aptos a uma interpretação mais avançada do próprio o princípio conjunto normativo ambiental (como da ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, o princípio da racionalização do uso dos meios ou, principalmente, o princípio da proteção dos ecossistemas);

A Lei 7. 347/85, que disciplinou a Ação Civil Pública por danos causados ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico, paisagístico, estético e histórico.

Neste sentido, o Ministério Público passou a organizar, nas cidades mais populosas, as curadorias do meio ambiente. As associações que tinham por finalidade proteger o meio ambiente ganharam o direito de agir judicialmente e a cidadania passou a dispor de remédios efetivos para fazer valer, no campo processual, o conjunto dos direitos emergentes;

O mais importante momento normativo para o meio ambiente brasileiro é o advento da Constituição Federal de 1988, que além de consagrar os remédios processuais para a defesa ambiental (Ação Civil Pública, já referida, e a Ação Popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão para anular ato administrativo lesivo ao meio ambiente), atribui competência administrativa comum para União, Estados, Distrito Federal e Municípios protegerem o meio ambiente, as florestas, a fauna e a flora e combaterem a poluição em qualquer das suas formas e atribuindo competência legislativa concorrente para a União, os Estados e o Distrito Federal no que diz respeito às florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; assim como sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, esta Constituição reservou um capítulo inteiro para a disciplina da proteção ambiental.

A atual Constituição ultrapassa as anteriores, na medida em que os recursos naturais ultrapassam a condição de "Bens da União", superando um conceito imperialista implícito nas noções de "propriedade estatal" e "riqueza da nação" para se tornarem valores eminentemente comunitários, sociais, transcendentais do sentido de propriedade privada estatal. A noção de propriedade, no sentido de apropriação que caracteriza a relação humana com os recursos naturais, pode ser substituído por uma noção de integração entre a coletividade humana e os recursos naturais que lhe possibilitem a existência.

O direito ao ambiente ecologicamente equilibrado é ampliado e passa a ser entendido como um bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as atuais e futuras gerações. Estes princípios, aliados a outros, como o que exige um público Estudo Prévio do Impacto Ambiental para a instalação de atividades potencialmente poluentes (artigo 225) constituem-se num conjunto de atuação consciente e eficiente do operador jurídico no sentido da consolidação efetiva destes princípios ecológicos na práxis interpretativa.

Assim, constatamos uma ampla legislação ambiental nacional e a sua escassa aplicação pelos operadores jurídicos em geral, a qual pode ser justificada pela existência de um conjunto às vezes confuso de disposições, além da existência de lacunas importantes no conjunto normativo, e principalmente pelo escasso grau de importância que os próprios operadores jurídicos destinam às questões de legislação ambiental, demonstrando um lamentável desconhecimento dos valores críticos que estão nela inseridos, quando não demonstram desconhecimento das próprias normas ambientais.

No Brasil, a educação ambiental chegou junto ao evento social que se caracterizou como uma das maiores manifestações de valorização cultural do meio ambiente pela sociedade ocidental, a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, tão comum e respeitosamente chamada “RIO-92”.

A partir das convenções da Rio 92, de acordo com a publicação de Alvaro (2005), passou-se a estabelecer critérios para o desenvolvimento de políticas públicas para os governos e a sociedade civil, esses critérios foram organizados na “Agenda 21”. É quando a educação ambiental passa a ser discutida no âmbito social, cultural, econômico e político.

Desde então a educação ambiental passou a ser matéria da política nacional em todas as esferas. A começar pelas suas primeiras medidas. Em 1999, a principal delas institui a criação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27/04/1999), a qual em seu artigo 1.º, Capítulo I, diz que:

Art. 1.º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (Lei nº 9.795 de 27/04/1999).

No Capítulo 36 da Agenda 21 (documentos da Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco-92), a educação ambiental é apresentada com os seguintes objetivos:

Desenvolver na população uma consciência preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados, e que tenham conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individualmente e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção de novos (Agenda 21, 1992).

Em 1998, chegaram às escolas públicas brasileiras os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) do Ministério da Educação, que apresentaram como um dos temas transversais o meio ambiente. Essa foi a primeira medida oficial para a implantação da Educação Ambiental na rede pública de ensino, o qual esclarece sua importância da seguinte maneira:

A vida cresceu e se desenvolveu na Terra como uma trama, uma grande rede de seres interligados, interdependentes. Essa rede entrelaça de modo intenso e envolve conjuntos de seres vivos e elementos físicos. Para cada ser vivo que habita o planeta existe um espaço ao seu redor com todos os outros elementos e seres vivos que com ele interagem, por meio de relações de troca de energia: esse conjunto de elementos, seres e relações constitui o seu meio ambiente. Explicado dessa forma, pode parecer que, ao se tratar de meio ambiente, se está falando somente de aspectos físicos e biológicos. Ao contrário, o ser humano faz parte do meio ambiente e as relações que são estabelecidas — relações sociais, econômicas e culturais — também fazem parte desse meio e, portanto, são objetos da área ambiental. Ao longo da história, o homem transformou-se pela modificação do meio ambiente, criou cultura, estabeleceu relações econômicas, modos de comunicação com a natureza e com os outros. Mas é preciso refletir sobre como devem ser essas relações socioeconômicas e ambientais, para se tomar decisões adequadas a cada passo, na direção das metas desejadas por todos: o crescimento cultural, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental. (BRASIL, 1997, p. 27).

O que se pode entender a partir dos ideais propostos pelos PCNs é que a educação brasileira deve caminhar para o tratamento da questão ambiental em âmbito escolar, afirmando assim que a questão é discurso presente na sociedade, propondo dessa forma que nós, seres humanos, homens, devemos ser agentes deste contexto, aplicando uma postura que visa mudança de rumo da problemática ambiental atual.

### **3 METODOLOGIA**

O trabalho de campo será realizado na Escola estadual José Bonifácio e na comunidade Quilombola do Curiaú em Macapá, Estado do Amapá. A bibliográfica de acordo com Severino (2007, p. 122) é aquela que se faz a partir de teorias já estudada em momentos anteriores. O mesmo autor trata da pesquisa de campo sendo aquela que aproxima pesquisador do pesquisado. Valendo ainda ressaltar que como se trata de uma investigação em uma comunidade quilombola, a pesquisa será ainda etnográfica, uma vez que se vai executar a pesquisa em um grupo em sua cultura, o que se reforça com o fundamento em Alvarenga (2008, p. 56) que trata

da situação no sentido de que na medida que se vislumbra as condutas de indivíduos em seu próprio meio será melhor compreendida.

A abordagem da amostra se efetivou por meio da aplicação dos instrumentos de coleta de dados a 187 alunos que resulta em 21% do total do universo de alunos matriculados na escola. Que participaram preenchendo questionário, instrumento que reúne perguntas importantes a serem investigadas, as quais surgem de forma sistematizadas. Esse instrumento foi aplicado à gestora e às coordenadoras pedagógicas da referida escola.

A metodologia do trabalho científico orienta os caminhos para uma dada investigação, pois a sistematiza de forma lógica, o que permite ao alcance dos objetivos traçados para tal.

Neste caso, a pesquisa foi estipulada do tipo quantitativa e qualitativa, sendo a investigação quantitativa aquela que considera registros em quantidades, caracterizada por Chizzotti (2009, p. 29) no sentido de se isentar de subjetividade, quando não há possibilidade de divergências, de conflitos, o que a define então como neutra. A pesquisa qualitativa acontece na medida em que se apropria da subjetividade, quando expõe significados por meios de discursos bem elaborados, coerente na forma descritiva de análises, conforme o que assegura Fazenda (2008, p. 47).

Os resultados então da pesquisas serão expressados por meio de aspectos quantitativos e pela subjetividade, estando então de acordo com Hernandez Sampieri (2008, p. 407), que os resultados de uma pesquisas devem necessariamente se submeterem a análises e interpretações que resultarão em relatório da pesquisa.

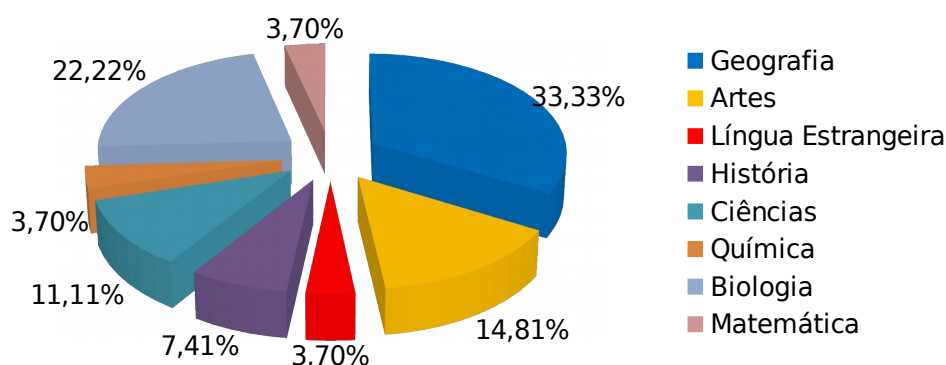
#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Para iniciar a análise dos alunos da Escola Estadual José Bonifácio, torna-se importante iniciar com a apresentação do perfil demográfico dos 187 alunos participantes da pesquisa.

Cerca de 40% dos alunos participantes desta pesquisa de campo possuem idade acima dos 16 anos, 34% possuem idade entre 10 a 13 anos e cerca de 26% possuem idade entre 14 a 16 anos.

57% dos alunos pertencem ao sexo feminino, enquanto que 43% compreendem o sexo masculino. Ao compreender com mais profundidade, ao ser mais nas relações das quais fazem parte na produção, comercialização e conservação, no trato com os elementos da natureza, na simbiose em que eles se inserem, com mais certeza esses cidadãos tornarão as decisões que se fazem fundamentais no contexto.

Gráfico 1. Disciplinas que desenvolvem com mais frequência atividade de EA



De acordo com Gráfico 1, a disciplina que mais desenvolve atividades de Educação Ambiental na Escola é a geografia.

De acordo com Loureira; Cunha (2008) a vida globalizada e a economia atual baseada no consumismo não permitem que o público infantil tenha contato direto com a origem de sua alimentação, seu lazer, a origem do material que forma seus brinquedos e seu vestuário. É importante que de forma ampla e clara elas adquiram o conhecimento necessário para assimilar que sua origem depende direta e indiretamente do meio ambiente.

Ao enfatizar que a educação ambiental esta inserida no contexto escolar, não sabemos ao certo como e o quanto ela esta implantada. Para chegar a estes dados é preciso ouvir aulas, ver planejamentos dos professores, analisar o livro didático e principalmente observar a conduta do docente frente a este tema em relação a sua disciplina. A aplicabilidade da educação ambiental em muitas escolas do ensino

público são muitas vezes deixadas de lado e tratadas como secundárias, o que significa que nem sempre o planejamento e a grade curricular saem do papel.

A educação ambiental está longe de ser somente uma ampliação de finalidades e metodologias pedagógicas no tratamento da categoria “conservação da natureza”, mas aproximando-se de se definir como um paradigma da educação, um componente questionador e propositor na construção da educação para além dos seus limites nas sociedades contemporâneas.

A natureza em torno da escola é uma fonte de riquezas para os alunos do projeto, pois existem muitos tipos de cipós, galhos, sementes e outros materiais naturais que podem ser utilizados na confecção de objetos de arte e artesanato.

Na Escola José Bonifácio o trabalho de valorização das tradições por meio da EA ocorre através do uso dos elementos da natureza (Figura 9), através do uso da matéria morta encontrada às margens dos rios, no meio da mata, podem ser transformadas em objetos de Arte. Nesta oficina os alunos aprendem trabalhar melhor a percepção visual e a soltar a imaginação através de processos criativos.

No artesanato destacam-se a cerâmica-decorativa revestida com manganês, as louças utilitárias feitas com argila do distrito de Maruanum, as cesteiras, os móveis de fibras vegetais e em madeira de lei regional, portas e réplicas de armamentos indígenas e confeccionadas também em madeiras regionais. Dentre as festas religiosas, podemos citar: São José, do Divino Espírito Santo, da Santíssima Trindade, de São Tiago, Nossa Senhora da Piedade, de São Benedito, de São Joaquim, etc.

A matéria morta da natureza, coletada pelos alunos do projeto servem para criar pequenos objetos na oficina de Escultura e Material Alternativo e para compor o paisagismo da escola.

Nas oficinas os alunos da escola aprendem a retirar da natureza, de forma consciente, vários recursos naturais, os quais se transformam em objetos decorativos, utensílios e bijuterias que podem possibilitar geração de renda, além de aprender a catalogar e armazenar toda matéria prima encontrada.

Aprender a beneficiar as sementes coletadas na natureza é primordial para a continuidade dos trabalhos dos nossos alunos, após o término da oficina no projeto. Assim eles poderão criar e confeccionar biojóias com a utilização de sementes naturais, principalmente bijuterias feitas de caroços de açaí, fruto encontrado com

facilidade no Estado do Amapá, misturado com outras sementes da região (olho de boi, tento e outros).

A reciclagem do papel (imagem) é outra vertente do Projeto realizada através de oficinas, visando conscientizar os alunos sobre a importância da reciclagem para a preservação do nosso planeta. Assim o papel que viraria lixo, acaba se transformando em peças utilitárias e decorativas. As técnicas desenvolvidas nessa oficina são: papietagem, papel machê e papel reciclado. Para decorar as peças, os alunos buscam inspiração no traçado Maracá e Cunani.

A produção feita pelos alunos (imagem7) é colocada em exposição, grande parte dessa produção, e entregue a um dos parceiros do Projeto a Empresa Sambazon, O referido projeto foi premiado pelo UNIBANCO.

Em todos os festejos, exceto o de Santa Maria, após a ladainha dança-se o batuque, que é a grande expressão da origem africana dos habitantes e é uma das manifestações de dança mais expressivas encontrada no Estado. Seu ritmo estonteante é realizado por tambores seculares chamados de "macacos" (porque são confeccionados de troncos de macacaueiro e de couros de animais) espalham-se pelo salão de festa. Antes porém os festeiros acendem uma grande fogueira que fica permanentemente acesa, e serve para esquentar o couro dos instrumentos. São dois os "macacos", um de repinicar e outro de marcar o ritmo, denominado de amansador. Cada um deles tem a forma cônica e mede cerca de um metro de comprimento. Existem também três pandeiros confeccionado há muitos anos com a madeira do cacaueiro e do couro de carneiro ou de sucuriju, que fazem parte do ritmo quente do batuque.

Nesse contexto, interdisciplinaridade é a demonstração final que articula mais de duas disciplinas que determinam em sua estrutura de aula um objetivo específico e consensual, por trabalharem de maneiras diversas, a mesma temática (YUS, 1998).

Portanto, associando os ideais discutidos por Yus (1998), pode-se entender que tanto a transversalidade como a interdisciplinaridade são nesse sentido, modos de trabalhar o conhecimento que visam reintegração de dimensões isoladas uns dos outros pelo tratamento disciplinar.

Na interdisciplinaridade, por sua vez, o fato dos conteúdos estarem trabalhando conjuntamente gera resultados por diversas vezes, desastrosos: o esfacelamento de conteúdos, o descontentamento de alunos e professores que



perdem o norte da ação, a improvisação e os maus resultados escolares (SILVA JUNIOR, 1995).

O Batuque e o Marabaixo tem uma importância muito grande para a comunidade do Curiaú, é descrito por várias pessoas locais. O Marabaixo consiste em homenagear a santíssima Trindade e o Divino Espírito Santo, através de missas e ladainhas. O lado profano acontece sempre a partir de músicas e danças, transmitindo ao mesmo tempo o sincretismo religioso. O Marabaixo nasceu de episódio acontecido com os negros, durante fugas mar a baixo, sendo que traduz os sentimentos da negritude que contigialmente foi levada a implantar raízes no Amapá.

Festeiras, essas comunidades encontram na comemoração de datas religiosas uma maneira de preservar a herança afro. Esculpidas pelo sincretismo religioso, suas comemorações reúnem elementos profanos - como o batuque e o marabaixo - e religiosos como as ladainhas em latim, a procissão e a folia. Uma mostra desse sincretismo pode ser vista na tradicional Festa de São Joaquim, escolhidos pelos antigos escravos como padroeiro do Curiaú. Durante dez dias - 9 a 19 de agosto - as comunidades reúnem-se para cantar sob a bênção católica, as ladainhas, caindo, pouco depois, no ritmo quente dos macacos - tambores feitos de tronco de macacaueiro e couro de animais silvestres.

Porém, a cultura não é estável no Curiaú e as transformações do mundo moderno interferem constantemente no modo de vida da comunidade. Os jovens, em sua maioria, gostam dos sons produzidos pelas aparelhagens, o batuque e o marabaixo não são danças que chamam atenção, preferem o brega, o zook, rock, dances que estão na moda do homem que não vive no Curiaú.

A religião tem se misturado com o catolicismo e o protestantismo. Os trabalhos manuais quase todos são feitos pelos idosos, os quais confeccionam redes de pesca, e artesanatos para comercialização.

As crianças recebem a educação fundamental na própria comunidade. As moradias de modo geral são de madeiras e bem construídas, observamos a presença de muitas residências de alvenaria e constituídas de vários eletrodomésticos e móveis do mundo moderno. Pouco se observa na paisagem, características de quilombo, a não ser pelos seus remanescentes e mesmo assim, já sofreram miscigenação devido a casamentos ou por famílias que vieram de outros lugares e se fixaram no lugar.

Assim, conclui-se que os modos de vida do Curiaú, bem como sua história e sua cultura, colocados em ação pela modernidade são resultados, especialmente, de uma profunda transformação das paisagens política e cultural no mundo moderno. Sendo este ponto, questão aberta para análise futura, como continuidade deste trabalho de conclusão de curso em outro momento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os alunos, ao conhecer uma realidade onde se percebe um mundo diferente do seu em que se evidenciam problemas ambientais, suas relações com os diversos elementos sociais, políticos e econômicos, onde se evidencia, a pobreza, a fome, a falta de segurança e as diferenças de classe, sentiram que mesmo considerando pouco o que fazem diante da realidade da Região, perceberam-se eles próprios modificados.

A problemática ambiental permeia toda a sociedade, que de forma conjunta, busca medidas que possam frear os desequilíbrios do meio ambiente, causados pela ação humana.

A educação ambiental torna-se um dos pilares para minimizar os impactos causados ao meio pela sociedade, pois é através da conscientização de que os recursos são finitos, e que a ação humana da forma que está acontecendo é danosa para a sustentabilidade ambiental que haverá uma relação mais harmoniosa do homem com a natureza.

Passados dez anos da sanção da Lei 10.639/03, que obriga escolas públicas e particulares a ensinar história e cultura afro-brasileira, o Brasil ainda enfrenta uma série de desafios para vencer o racismo dentro das instituições de ensino. Outro problema apontado pelos debatedores foram as dificuldades na formação de professores. Os cursos superiores que formam os docentes, disseram, muitas vezes não incluem na grade curricular a temática da história e da cultura afro-brasileira, restando às secretarias de educação promover cursos de formação continuada de seus professores.

Não se pode deixar de tratar das questões ambientais sem pautar-se também nas ações de Educação Ambiental (EA), como desafio de procurar construir soluções para problemas gerais do meio ambiente, equacionando entendimentos diante dos conflitos socioambientais nos diferentes contextos culturais e políticos.

Para isso é necessária a participação ativa de grupos e segmentos sociais nas políticas de ordenamento da apropriação e uso dos recursos naturais e do gerenciamento dos riscos ambientais e tecnológicos.

Percebeu-se, ao longo da pesquisa de campo, que a comunidade tem consciência que a APA do Rio Curiaú, se realmente for protegida, servirá como exemplo para todo o mundo; de como o homem pode viver lado a lado com a natureza e ainda usufruir da fauna, da flora e dos recursos naturais de forma que não venham ser extintos, obedecendo ao manejo classificado como sustentável.

Assim, ações de EA, do ponto de vista pragmático, terão maior efetividade se trabalhadas, também, sobre as gerações recentes (crianças e adolescentes), que serão os gerenciadores do futuro; para que seus descendentes possam ter atitudes mais coerentes com o plano básico de sustentabilidade das riquezas preexistentes ainda.

Por fim, embora não fosse o foco da pesquisa, mas se percebeu também que ainda existem poucos investimentos no que diz respeito às políticas públicas de primeira necessidade direcionadas à área de estudo, como saúde, transporte, educação, habitação e segurança, apresentando-se, assim, uma grande lacuna entre a realidade vivida pela população e os discursos de “sustentabilidade”, “proteção” e “preservação” que embasam os documentos que regem essas áreas específicas, denominadas de “Área de Proteção Ambiental”.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção primeiros passos, 20).

BRASIL, MMA. (2002) **A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB**, Cópia do Decreto Legislativo nº 2, de 5 de junho de 1992. MMA. Brasília.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2009.

DIAS, G. **Educação Ambiental** – Princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992.

DOUROJEANNI, M. J. , PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade a Hora Decisiva**, Ed, UFRJ, Curitiba – PR, 2001. Janeiro: Ed. Record, 1998

FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008

HERNÁNDEZ SAMPIERI y otros (2008) “**Metodología de la investigación**”, 4º edición, México. McGraw-Hill Interamericana, Segunda Parte, capítulos 10 y 11.

LIMA, Gustavo. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil**: Emergência, identidades, desafios. Campinas: 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UNICAMP.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 4. ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

OLIVEIRA, E. **Educação Ambiental**: uma possível abordagem. Brasília: Ibama, 2000.

PADUA, S. TABANEZ, M. **Educação Ambiental** – Caminhos Trilhados no Brasil, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELLOS, H. A pesquisa-ação em projetos de Educação Ambiental. In: PEDRINI, A. G. (org). **Educação Ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, Vozes, 1997.